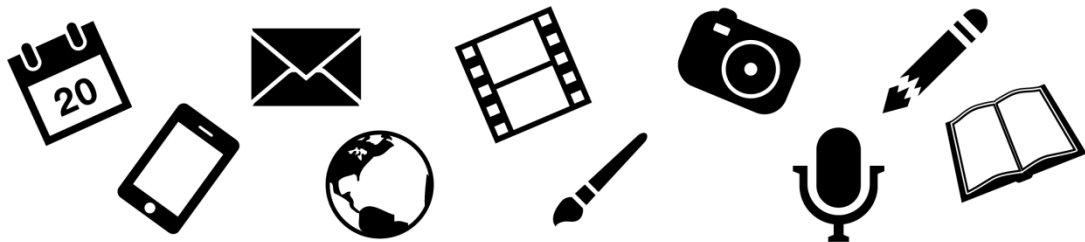




**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

## UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



**Agcom**  
Agência de  
Comunicação  
da UFSC

**12 e 13 de agosto de 2017**

## Notícias do dia Carlos Damião

"A Santa Cruz e Franklin Cascaes"

A Santa Cruz e Franklin Cascaes / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Museu Universitário / Santas Cruzes



# Carlos Damião

24. NOTÍCIAS DO DIA  
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 12 E 13 DE AGOSTO DE 2017

carlosdamião@gmail.com  
twitter:@damião\_ND



Acompanhe  
a coluna no  
NDonline

# A Santa Cruz e Franklin Cascaes

**Em 1972**, pesquisador confeccionou e doou obra religiosa à comunidade do Saquinho

"Uma cruz preta com um galo, ossos humanos e outros símbolos pode deixar intrigado e recesso quem vai até o Saquinho, no Sul da Ilha de Santa Catarina. Ainda existem outras cruzes dessas espalhadas pela Ilha". Interessado pela história da religiosidade cristã em Florianópolis, o advogado Robson Galvão, 38 anos, descreve sinteticamente o que encontrou na comunidade praieira da Capital.

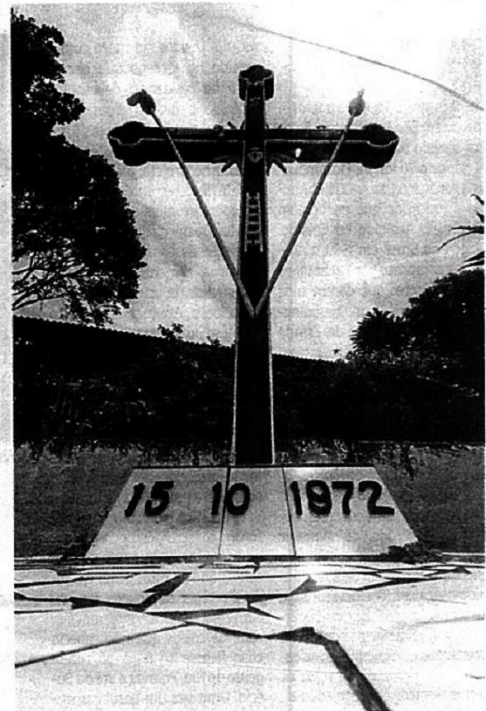
Cruzando informações, descobriu que a cruz foi confeccionada e doada pelo pesquisador Franklin Cascaes, entre setembro e outubro de 1972. Mas a autoria da obra artística e religiosa não está destacada no local. Acredita que, devidamente valorizada, a cruz poderia se transformar numa atração cultural e turística, atraindo os visitantes para a pequena localidade próxima ao Pântano do Sul.

Conforme o advogado, paraense radicado em Florianópolis há dois anos, "as cruzes pretas são um emblema cristão. Os símbolos inseridos referem-se à Paixão de Cristo. O galo lembra a negação de Jesus por São Pedro; a coroa de espinhos representa o

flagelo; os canos serviram como cetro para a tortura; o martelo e os cravos foram utilizados para a fixação na cruz; com a lança foi transpassado o coração; a corneta anunciou a morte de um condenado; a escada foi utilizada para retirada do corpo; o torquês serviu para a extração dos cravos; no cálice foi recolhido o sagrado sangue de Cristo; o resplendor refere-se à luz espiritual; os ossos humanos, que seriam de Adão, teriam sido encontrados no Monte Calvário após a erosão causada pela tempestade ocorrida enquanto Jesus agonizava; e a inscrição INRI significa rei dos Judeus".

Robson Galvão observa ainda que Franklin Cascaes, na década de 1960, registrou em desenhos 36 dessas cruzes espalhadas pela Ilha. Numa carta escrita por ele ao então prefeito Ari Oliveira, datada de 13 de setembro de 1972, o pesquisador mencionou que estava doando uma cruz de madeira à comunidade do Saquinho, que em breve seria fixada e benzida pelo sacerdote. Na cruz consta a data em que isso aconteceu: 15 de outubro de 1972.

Cruz representa a proteção "contra as coisas que andam à noite", em referência ao universo fantástico documentado por Cascaes



FLAVIO THIRARQUINO

## Festa tradicional

Robson Galvão lembra que "era tradição naquela localidade a realização de uma festa entre os dias 2 e 3 de maio, a Festa de Santa Cruz. Alguns estudiosos dizem que as cruzes e esse festejo, heranças dos açorianos, farjam alusão à primeira missa celebrada no Brasil. Porém, a tradição é mais

antiga. A data de 3 de maio refere-se à recuperação da Santa Cruz por Heráclio, que a reconquistou junto aos persas e a levou a Jerusalém no ano 628".

"Posteriormente a tradição passou a Roma, onde se celebrava a Invenção da Santa Cruz. A liturgia atual fixou o dia 14 de setembro para a festa única da Invenção e Exaltação", completa o advogado, que dedica suas horas vagas a pesquisas históricas.

Ele entende que a tradição das Santas Cruzes na Ilha e em outros pontos do litoral catarinense tenha relação direta com as bruxarias e outras histórias fantásticas, intensa e apaixonadamente pesquisadas por Franklin Cascaes. "Em tese, as cruzes enfeitadas representam proteção 'contra as coisas que andam à noite', diz. Na prática, são uma forma de preservação cristã contra o universo espiritual desconhecido.

### A carta de Cascaes

Confira a seguir o trecho da carta enviada por Franklin Cascaes ao prefeito Ari Oliveira, em 13 de setembro de 1972, arquivada no Museu Universitário da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina):

*"Fiz presente de uma Santa Cruz de madeira para a localidade de Saquinho. Quando ela vai ser fincada ainda não sei.*

*Eu levo a V. Excia a meu convite particular para assistir a bênção dela pelo sacerdote lá no Saquinho.*

*Eu sei que V. Ex.ª enfrentará aquele caminho como bom amigo desta Ilha, pois foi e é um grande fã do excursionamento Ilhéu.*

*Nos Barreiros já temos a presença de uma Santa Cruz e serviços espirituais para a população."*

Advogado Robson Galvão dedica horas de folga para pesquisar a memória da religiosidade regional



MARCO SANT'ANUNZIO



**Notícias do dia  
Plural**

“Resistentes mulheres das letras”

Resistentes mulheres das letras / Conceição Evaristo / Escritora / 13º Congresso Mundos de Mulheres / Centro de Comunicação e Expressão / UFSC / Negros na Literatura / Zahidé Muzart / Professora / 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero / Tânia Ramos / Núcleo Literatura e Memória/ Feminismo / Instituto de Estudos de Gênero



**“Não sou uma  
fruta rara”**

Em passagem pela  
Capital, escritora  
Conceição Evaristo  
diz que é preciso  
quebrar o estigma  
de que ela e  
outras negras  
são exceções na  
literatura

Plural  
Revista



# Resistentes mulheres

Autora que brilhou na Flip em Paraty e no Congresso Mundos de Mulheres em Florianópolis enfatiza que não faltam negras na literatura. Falta sim espaço

**ALINE TORRES**  
Especial para o Notícias do Dia

A sala estava apertada, quente. Havia gente sentada até no palco. Os fotógrafos não conseguiam transitar livremente. Escolhiam um ponto fixo e assim permaneciam. Muita gente questionava a escolha do lugar. O auditorio Henrique Fontes, encravado no Centro de Comunicação e Expressão da UFSC, foi pequeno para receber a estrela do dia, Conceição Evaristo. Pessoas se amontoavam ao lado de fora. O zuzum "o que ele disse?" não cessava. Assim como as selfies. Conceição disse que desde a Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), onde foi ovacionada ao lado de Dona Diva Guimarães, virou a top model da terceira idade. Caprichava nas poses.

Com tanto reconhecimento do público é de estranhar que para conseguir a obra de Conceição seja preciso retorrer a sebos. As grandes livrarias têm no máximo dois títulos, dos seis que a autora publicou. Para se ter ideia, as mesmas editoras têm mais de 20 títulos de Jorge Amado. Qual a diferença entre eles? A resposta é simples. A raça e o gênero.

A ausência dos negros vai além dos eventos literários. "Olhos d'água", lançado em 2014, pela Pallas, foi o primeiro livro de Conceição cuja tiragem ela não precisou bancar porque contou com o apoio de um edital governamental. Mas seu primeiro livro editado sem custos é do ano passado. Os contos "Histórias de leves enganos e parecenças", publicados pela Malé.

Restritas às valentes pequenas editoras, as escritoras negras nem sempre chegam ao grande público. Assim como as tiragens pequenas desaparecem do mercado. Segundo Regina Dalcastagné em "Literatura Brasileira Comparada - Um Território Contestado", de 2012, em média 6% dos autores negros brasileiros vão parar nas livrarias.

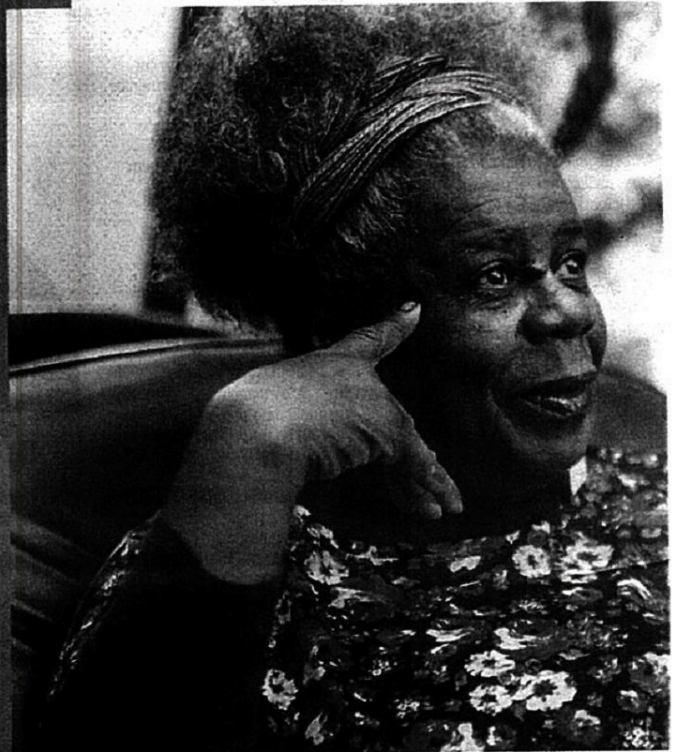
E se dessa porcentagem minguada filtrássemos as mulheres? Sobraria a resistência.

"Normalmente, as negras são citadas por serem boas cozinheiras, boas lavadeiras, boas de cama. E em alguns casos, boas de canto e de dança. Não quero ser vista pelo inusitado: uma mulher negra que escreve. Não sou uma fruta rara. Quero quebrar a imagem que negras não têm competência para escrita, por isso sou uma exceção. Tampouco, acredito que é preciso nascer em uma classe privilegiada para se ter talento, por isso gosto de dizer que nasci rodeado de palavras, não de livros", disse Conceição.

Para ela, não faltam negras na literatura. Falta espaço. Rapidamente, Conceição puxou da memória uma lista de autoras que considera talentosas, mas são praticamente desconhecidas.

Entre elas, Maria Firmina dos Reis. A maranhense mulata, pobre e bastardo, que em 1859, em pleno Brasil escravocrata publicou "Ursula" defendendo ideais abolicionistas.

"Quantas pessoas leram na escola José de Alencar e quantas leram Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista brasileira?", provocou Conceição.



Conceição Evaristo esteve na UFSC, no Congresso Mundos de Mulheres

## No limbo das heroínas

Pudera, Maria Firmina estava no limbo das heroínas brasileiras até ser resgatada por Zahidé Muzart, professora da UFSC que morreu em 2015. Em 1996, ela criou a Editora Mulheres, com o objetivo de resuscitar as escritoras do passado, as esquecidas, as invisibilizadas.

Foi para falar de Zahidé que Conceição foi a UFSC, no dia 4 de agosto, na programação de fechamento de um dos maiores eventos feministas do mundo, o Seminário Internacional Fazendo Gênero, na sua 11ª edição, e o 13º Congresso Mundos de Mulheres, que reuniu mais de 10 mil pessoas de todos os continentes na universidade.

"Zahideanas: a força das publicações feministas e a Editora Mulheres" contou também com a presença da professora Tânia Ramos, da UFSC, da jornalista do Portal Catarinas, Paula Guimarães, da pesquisadora Constança Lima Duarte, da UFMG, e da pesquisadora e parceira de Zahidé na criação da Editora Mulheres, Susana Bornéo Funck.

Mulheres diversas com propósitos em comuns. O fortalecimento do feminismo. "Os grupos subalternizados quando dialogam e criam estratégias conjuntas de sobrevivência se fortalecem mutuamente. Foi o que aconteceu com as pesquisadoras brancas feministas da Editora Mulheres quando decidiram publicar as escritoras negras", disse Conceição.



das

# letras



DANIEL QUEIROZANO

## O trabalho de Zahidé

Zahidé Muzart era a Editora Mulheres. Ela editou e diagramou mais de cem livros. Coletâneas de artigos, ensaios, obras de pesquisadoras, antologias e romances. Quando se aposentou da UFSC, aproveitou o tempo livre para trabalhar ainda mais. Coordenava oito trabalhos acadêmicos e preparava a publicação de três livros quando morreu, em 2015. A Editora sobreviveu apenas um ano sem a sua dedicação. Nessas duas décadas de vida, ela formou um dos maiores grupos de pesquisadoras de literatura do Brasil.

A proposta editorial da Mulheres foi criada em 1995 ao lado de Susana Funck e Elvira Sponholz. No ano seguinte, a Editora publicou o seu primeiro livro, "Mulheres Ilustres do Brasil", escrito em 1899 por Inês Sabino, a obra reúne várias escritoras da época.

A intenção da empresa era a de resgatar, reeditar e colocar em circulação obras produzidas por mulheres que, por razões históricas e ideológicas, haviam sido excluídas do cânone. Todas as edições seguiam a mesma metodologia: um aprofundado estudo técnico, a cronologia da vida e obra da autora e a bibliografia sobre a autora.

A professora Tânia Ramos, titular e coordenadora do núcleo Literatura e Memória da UFSC, que era amiga da Zahidé, conta que as edições eram impecáveis. "A Editora Mulheres foi um marco. O século 19 não existiria na história das mulheres se não fosse o seu trabalho. O pensamento crítico-feminista se solidificou com o investimento pessoal, afetivo e econômico dela", disse.

Entre os trabalhos lançados pela Editora estão os romances de Maria Firmina dos Reis (1825-1917), Carmen Dolores (1852-1910), Inês Sabino (1853-1911), Maria Benedita Bormann (1853-1895) e Emília Freitas (1855-1908). De Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), considerada a mais importante escritora brasileira do século 19, foram editados dez livros.



GIL NONEL/DIVULGACAO

Zahidé Muzart, que fundou a editora Mulheres, e publicou autoras mulheres

## Mulher fala sério

No Brasil, a única inspiração para a Mulheres era a Editora Rosa dos Tempos, fundada em 1990 pela escritora Rose Marie Muraro e a atriz Ruth Escobar. Porém, elas não trabalhavam com o resgate da memória. No mundo, os exemplos eram mais fartos, como a Des Femmes, na França, a Un Cuarto Propio, no Chile, e a Virago, na Inglaterra.

Como disse Conceição Evaristo, que foi editada pela Mulheres, "Zahidé tinha uma impressionante capacidade de transformar desejos em ações concretas". Além da Editora Mulheres, Zahidé foi uma das idealizadoras do Seminário Fazenda Gênero, participando ativamente de todos os encontros organizados pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura. Ela também participava da coordenação do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e de duas editoriais da Revista Estudos Feministas.

"Eu me surpreendo quando as pessoas classificam pejorativamente 'conversa de mulher' ou 'conversa de comadre'. Mulher fala sério. Veja o tamanho de obra que nasceu desses diálogos", comentou Conceição. E, para finalizar, ainda instigou que jovens pesquisadoras resgatem o trabalho de Zahidé e lancem a Editora Outras Mulheres.

## Herdeira de Carolina

Conceição Evaristo nasceu há 70 anos em uma família de mulheres negras cozinheiras, faxineiras e empregadas domésticas. Viveu na miséria ao lado de nove irmãos na favela do Pendura Saia, encravada no alto da avenida Afonso Pena, em uma área nobre de Belo Horizonte. Ela ainda lembra do impacto ao ler "Quarto de Despejo", de Carolina Maria de Jesus, na universidade.

"Muitos me apontam como a herdeira de Carolina e isso me honra", disse. Honra, mas também revolta. "A diferença da crítica é gritante. Quando Guimarães Rosa cria palavras é neologismo, quando Carolina cria palavras é erro. Quando Clarice Lispector escreve são perceptíveis os seus dramas existenciais, a solidão. Quando Carolina escreve só há o drama material, a falta de sapato e de comida. Querem roubar a sua grandeza. A pulsão de vida e morte. Na escrita, ela apaziguou o dor".

Trabalhou como babá, faxineira e vendedora de revistas, sem nunca parar de estudar, queria ser professora. No início da década de 1970, formada, não conseguiu emprego em Belo Horizonte. Ela precisava de um "quem indicia" e as famílias de literatos para os quais a mãe trabalhava, como Aláide Lisboa de Oliveira, Henriqueta Lisboa e Otto Lara Rezende, não fariam isso. Então, ela foi para o Rio de Janeiro prestar concurso público.

Fez carreira como professora do fundamental. Mais tarde, cursou Letras na federal do Rio de Janeiro, fez especialização em Literatura na UERJ. Nos anos 1990, formou-se mestre em Literatura na PUC-Rio. E, há três anos, terminou o doutorado em Literatura Comparada na UFF, após enfrentar uma isquemia.

Seu primeiro romance "Ponciá Vivência" foi publicado aos 56 anos, em 2003. Na sua obra, foge dos estereótipos. Busca, por meio da técnica, aproximar o texto escrito do oral, das heranças africanas, dos encantamentos. Usa livremente expressões das culturas Bantu e do português arcaico, comuns do interior de Minas. Suas histórias nascem de muitas escutas, no ônibus, na rua, nas filas, nos relatos de injustiças sociais. São acontecimentos do cotidiano. Uma ficção impregnada de vivência, ou como melhor define, uma "escrivência".



## Notícias do dia Especial

"O cuidador do patrimônio"

O cuidador do patrimônio / Forte Santa Bárbara / Livro / As Defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil Colonial / Oswaldo Cabral / Fortalezas da Ilha de Santa Catarina / Armando Luiz Gonzaga / Memórias das Fortalezas – Ilha de Santa Catarina / Celso Martins / Iphan / Marinha do Brasil / Convênio / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Caspar Erich Stemmer / Restauração / Patrimônio Histórico

Editor  
PAULO CLÓVIS SCHMITZ  
pc@noticiasodia.com.br

FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 12 E 13 DE AGOSTO DE 2017

NOTÍCIAS DO DIA  
Especial.3

# O cuidador do patrimônio

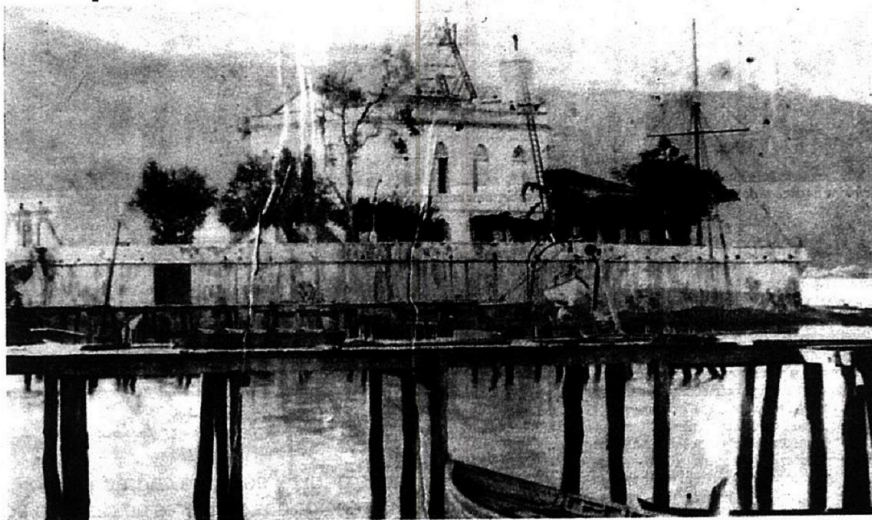


Foto do forte Santa Bárbara do início do século 20 que foi publicada no livro "As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colonial", de Oswaldo Cabral

### Reunido em livro, acervo do empresário Armando Gonzaga conta a epopeia da recuperação das fortalezas

Quando soube, em 1975, que o edifício do antigo forte Santa Bárbara estava prestes a ser demolido para dar passagem a uma nova avenida sobre o aterro, no Centro de Florianópolis, o empresário Armando Luiz Gonzaga correu para o gabinete do prefeito Esperidito Amin na tentativa de mudar a decisão dos planejadores urbanos. Ali soube que o prédio, erguido na segunda metade do século 18, iria abaixo porque tinha pouca importância histórica, valor arquitetônico quase nulo (por causa das intervenções feitas ao longo do tempo) e atrapalhava a mobilidade na cidade. A saída iminente da Capitania dos Portos era a senha para derrubar a construção, ação que tinha o respaldo das

autoridades, da imprensa e da população da Capital.

Desvinculado da Marinha, onde ocupara cargos de alta patente, após ser chamado pelo pai para tocar a construtora A. Gonzaga, uma potência à época, Armando afrontou meia cidade, foi atrás de apoios e, meio sem querer, iniciou ali uma cruzada pela preservação e restauração das fortalezas da Ilha de Santa Catarina e do entorno. Até então, o sistema defensivo edificado antes da chegada dos casais açorianos pelo brigadeiro José da Silva Paes amargava dias de ruína, abandono e indiferença, a ponto de alguns fortes estarem desmoronando, cobertos pelo mato e pelo descaso dos governos e moradores. Se atualmente as principais fortalezas são atrações turísticas e objeto

de cuidados de toda ordem, é porque lá atrás alguém moveu mundos e fundos para tirá-los do ostracismo.

Agora, um projeto que Armando começou a elaborar há mais de 15 anos ganha as ruas. Ele morreu em abril de 2016, mas o jornalista Celso Martins, que já vinha escrevendo o livro, fez os ajustes finais de "Memórias das Fortalezas – Ilha de Santa Catarina", que vai ser lançado no terça-feira, dia 15, às 18h30, no hall da Sala Lindolf Bell, no CIC (Centro Integrado de Cultura), em Florianópolis. O livro tem tiragem de 2.000 exemplares, a metade com capa dura, relativa à edição aprovada pela Lei Rouanet, e a outra parte na forma de brochura, apoiado pelo Edital Elisabete Anderle 2014, da Fundação Catarinense de Cultura. ■

### O forte que atrapalhava a cidade

■ O forte Santa Bárbara, localizado na rua Antônio Luz, era comparado ao bar Miramar, já então demolido, e à Ilha do Carvão, engolido pelo aterro da baía Sul – "não tem valor arquitetônico", eis o pecado que lhe era atribuído. Pior, sua presença ali, ao lado do canal da avenida Hercílio Luz, impedia a modernização da cidade. Sede da Capitania dos Portos, o edifício recebeu a visita de Armando Gonzaga, que fora renovar a licença de sua lancha e descobriu o plano da prefeitura de remover o obstáculo que impedia a continuidade do traçado da avenida Paulo Fontes. O prefeito Esperidito Amin disse que nada mais havia a fazer, e o empresário engajou os arquitetos Cyro Corrêa Lyra (do Rio de Janeiro) e José La Pastina Filho (do Paraná), que estavam na cidade, além do historiador

Oswaldo Rodrigues Cabral e sua sobrinha Sara Regina Silveira de Souza, na luta pelo salvamento do prédio.

Até o arquiteto Lúcio Costa, que projetara o plano piloto de Brasília, entrou no circuito e disse em parecer que deveria haver um tombamento local, pela relevância do prédio e pelo empenho de historiadores e lideranças de Florianópolis. O traçado da avenida foi mudado pelos órgãos de planejamento urbano, e o forte se salvou definitivamente.

Depois de muitos percalços, pareceres e protelações, o Iphan aprovou, em setembro de 1983, o tombamento do forte Santa Bárbara. Ele foi poupado porque tinha valor simbólico para a cidade – e fora defendido por Armando Luiz Gonzaga.

Leia mais nas  
PÁGINAS 4 E 5





CYRO CORRÊA LYRA/ACERVO ARMANDO GONZAGA



Em Anhatomirim, na década de 1970, os arquitetos encontraram as coberturas bastante danificadas

# Reitor visita a ilha e assume fortaleza

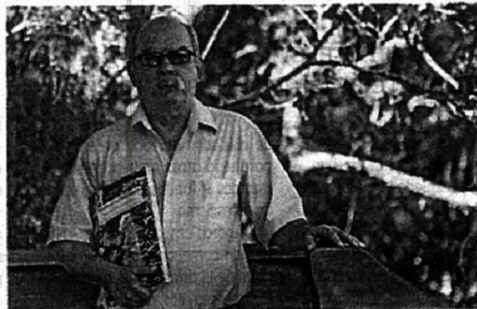
As experiências com o forte Santa Bárbara e depois com o forte Santana, também tirado do limbo e transformado em museu militar, fizeram Armando Gonzaga eleger a recuperação do sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina como bandeira – em nome, sobretudo, dos ganhos turísticos que isso traria para a cidade. Em outubro de 1969, o empresário e os arquitetos Luís Saia e Cyro Corrêa Lyra usaram facões para entrar na fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, onde se depararam com a falta de coberturas, portas e janelas e viram mato por todos os lados. Gonzaga teve a ideia de levar detentos da penitenciária estadual para a ilha, fazendo o serviço pesado enquanto os professores e os alunos de arquitetura que traziam de Curitiba se responsabilizavam pela identificação dos problemas e elaboração das plantas do que restava das edificações.

Ali, a restauração foi realizada entre 1973 e 1974, com muita dificuldade por falta de pessoal e insumos, liberação lenta de recursos financeiros e desentendimentos entre os profissionais envolvidos. A paralisação da obra forçou Gonzaga, então cuidando de negócios particulares, a entrar novamente em cena, mas o saído para acelerar os trabalhos e resolver pendências legais só veio quando decidiu buscar ajuda na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Com a chegada de José La Pastina Filho, arquiteto com curso de restauro feito pelo Iphan e pela USP (Universidade de São Paulo), contratado pela empresa Aresta de Cyro Corrêa Lyra, as obras foram retomadas. O quartel da tropa chamou especialmente a atenção dos arquitetos por ser uma "obra excepcional se comparado com qualquer quartel feito nas outras centenas de fortificações construídas no período colonial", nas palavras de Corrêa Lyra.

Na segunda metade dos anos 70, Armando Gonzaga levou o reitor da UFSC Caspar Erich Stemmer para Anhatomirim em sua lancha – e desse passeio, ao qual o respeitado professor de engenharia mecânica levou a família, veio a solução definitiva para aquela e mais duas fortalezas da ilha e seu entorno. Ele se impressionou com as construções imponentes, porém em ruínas, e ficou sabendo de coisas que não conhecia, como o fuzilamento do Barão de Batovi e seu filho (além de centenas de outras figuras importantes da cidade), os enforcamentos e os corpos jogados ao mar. ■

Em Anhatomirim, o quartel da tropa chamou a atenção por se diferenciar dos similares no resto do país



MARCO SANTAGONIA

Jornalista Celso Martins acompanhou os trabalhos e escreveu o livro

“

O trabalho de Armando foi a gênese da restauração das fortalezas na região. O patrimônio era tombado desde 1937, mas foi recuperado bem depois.”

Celso Martins, jornalista



## Um modelo de arquitetura colonial

■ Houve resistências na Universidade Federal, mas Gonzaga foi convencendo a todos. “Cada visitante se tornava um apaixonado pelo projeto”, disse ele em entrevista, em 1991, falando da luta pela restauração daquele patrimônio. Em 1979, finalmente, a UFSC, o Iphan e a Marinha do Brasil assinaram o convênio que transferia a administração da ilha para a universidade. O crítico catarinense Alcídio Mafra de Souza, autor do “Guia dos bens Tombados: Santa Catarina”, considerou Anhatomirim o “maior e o mais monumental complexo de arquitetura colonial existente em todo o Sul do país”.

Mais uma vez, Armando Gonzaga foi o discreto negociador de um processo que deu certo. Houve apoios de empresas públicas de energia, telefonia e turismo, e até as lojas de material de construção entraram com insumos para a recuperação dos edifícios em Anhatomirim. O aporte de recursos da Fundação Banco do Brasil, em 1989, acelerou os



## O edifício secular que o mato escondeu



CIRIO CORREIA LYRA/AGÊNCIA ARMANDO GONZAGA/ANS

O estado da fortaleza de São José da Ponta Grossa inspirava cuidados em vista da situação das paredes e muralhas

Armando Luiz Gonzaga morreu dois dias antes de completar 80 anos, em 22 de abril de 2016, e deixou uma lacuna lamentada tanto por familiares quanto pelos amigos que fez, incluindo os arquitetos que abraçaram com ele a causa da recuperação das fortalezas do litoral. Além do forte Santa Bárbara, em cuja defesa se envolveu pessoalmente, e de Anhatomirim, para a qual levou autoridades, empresários, estudantes e voluntários anônimos em sua lancha Villegagnon, ele atuou no sentido de realocar as famílias que haviam ocupado o forte Santana, embaixo da ponte Hercílio Luz, totalmente abandonado até o final dos anos 60, permitindo a restauração concluída em 1975.

Outra maratona na qual a comunidade se engajou foi a da limpeza da

fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, também capitaneada por Gonzaga. Durante 52 semanas ele levou estudantes e outros interessados para a ilha de Ratonés Grande com o objetivo de desbastar as árvores que haviam se infiltrado entre os muros a ponto de arruinar paredes e aberturas. Até então, as muralhas estavam escondidas e poucos suspeitavam que por trás da vegetação espessa havia um forte erguido dois séculos e meio antes. Os mutirões tiveram o apoio da imprensa, que divulgou e estimulou a adesão à operação, e da agência A. S. Propague, que fez uma campanha gratuita em prol da causa. O arquiteto Dalmo Vieira Filho, primeiro diretor da Iphan no Estado, se empenhou pessoalmente no projeto de restauro daquela unidade.

O jornalista Celso Martins diz que "o trabalho de Armando foi a gênese da restauração do sistema de defesa na ilha". O arquiteto Dalmo Vieira Filho, outro parceiro de primeira hora, afirma que o empresário "foi um cidadão admirado em todo o Brasil". Ele dirigiu o Estaleiro Naval e conheceu o mundo como comandante. Também presidiu a Acif (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis) e publicou o livro "Madeira: Uso e Conservação" (Iphan/Monumenta, 2006), considerado uma referência no país, resultado de seu contato com a antiga tradição dos mestres da Ribeira, artesãos trazidos de Portugal por Silva Paes no século 18. Além disso, foi o primeiro presidente do Deatur (Departamento Autônomo de Turismo do Estado), em 1969.



CELSO MARTINS/STUDIO/AGÊNCIA

Uma das reuniões do grupo, com José La Pastina Filho (esq.), Armando Gonzaga, Dalmo Vieira e Cyro Lyra



MARCIO SANTINHO/ANS

Anide, viúva de Armando Gonzaga, diz que o marido era um apaixonado pelo mar e pelas coisas da ilha

trabalhos até a conclusão do restauro e permitiu também a recuperação das fortalezas de São José da Ponta Grossa (em Jurerê) e de Santo Antônio (na ilha de Ratonés Grande).

Em relação a Jurerê, a fortaleza estava praticamente abandonada desde a invasão espanhola de 1777. Parte das paredes fora derrubada pelos moradores do local e o entorno foi ocupado por famílias que tomaram conta da área – até hoje há pendências legais acerca de títulos de propriedade. Em 1975, três canhões foram retirados do forte e um deles foi doado para a TFP (Tradição, Família e Propriedade), movimento conservador que apoiara o golpe militar de 1964.

"Se me perguntam sobre o que pensava o público em geral, na década de 1970, sobre as fortalezas do sistema defensivo da ilha de Santa Catarina, digo que havia um misto de desconhecimento e desinteresse", escreveu Armando Gonzaga alguns anos mais tarde.



AGÊNCIA DE CIRIO CORREIA LYRA/ANS

Forte Santana no início dos trabalhos de restauração



CELSO MARTINS/STUDIO/AGÊNCIA

A casa da palamenta de Ratonés em ruínas, em 1990

### "Estava à frente de seu tempo", diz mulher

Companheira de vida e de trabalho desde 1975, Anide Gonzaga fala de Armando como um batalhador que tinha o mar como segunda casa – tanto que na residência do casal, no bairro de Cacupé, a água da baía Norte chega a poucos metros de um mirante e abriga um trapiche de uso público. "Foi uma pessoa à frente de seu tempo", diz a mulher, que o acompanhou nos acampamentos em Anhatomirim, nas limpezas da ilha de Ratonés e nas idas com autoridades para mostrar a situação dos fortes.

Armando teve cinco filhos, dois deles com Anide, seu segundo casamento, e conseguiu conciliar suas múltiplas atividades com a vida em família, sempre de forma harmoniosa. A casa é pródiga em vigias de navio que funcionam como janelas, escotilhas e peças que remetem à rotina da navegação. "Foi um pai, marido, ex-marido, amigo excepcional", afirma Anide, lembrando

que às vezes Gonzaga voltava furioso das reuniões que não davam em nada pela insensibilidade de seus interlocutores com o patrimônio histórico. "Ele me mostrou o mundo, me ensinou muito, foi meu ombro amigo". Suas cinzas foram jogadas na baía, no ponto em que o mar começa a ficar mais profundo e de onde se podem divisar a ilha do Arvoredo, o Ratonés Grande e o forte de São José da Ponta Grossa.

De acordo com Teresa Collares, da Rede Marketing Cultural, que executou a coordenação geral do projeto desde 2012 e depois assumiu como proponente junto ao MinC, a edição do livro é um exemplo de como as leis de incentivo podem resultar em obras relevantes para a sociedade. "As leis são ferramentas de política cultural e acabam estimulando a economia, porque envolvem também agentes como gráficas, distribuidores, profissionais de editoração e outros", afirma.



**Diário Catarinense**  
**Nós**  
"Protesto interrompido"

Protesto interrompido / Michel Temer / PMDB / Impeachment / Dilma Rousseff / PT / Panelas / Popularidade negativa / Corrupção / Ramiro Zinder/ MBL / Movimento Brasil Livre / Professor / UFSC / Fabio Lopes / Amauri Soares / Intersindical

DC DIÁRIO CATARINENSE | SÁBADO E DOMINGO, 12 E 13 DE AGOSTO DE 2017 | #916

# NÓS

PANE  
LAS  
SI  
LEN  
CIO  
SAS

**CANSADA, RESIGNADA, APÁTICA.** O que fez a população deixar os utensílios na cozinha e desistir de protestar contra um governo com reprovação acima dos 90%

PÁGINAS 3 A 6

ESTRELA 199/18



# PROTESTO INTERROMPIDO

**A SAÍDA DO** presidente Michel Temer (PMDB) se tornou inconveniente para a direita e a esquerda, que guardam munição para as eleições de 2018

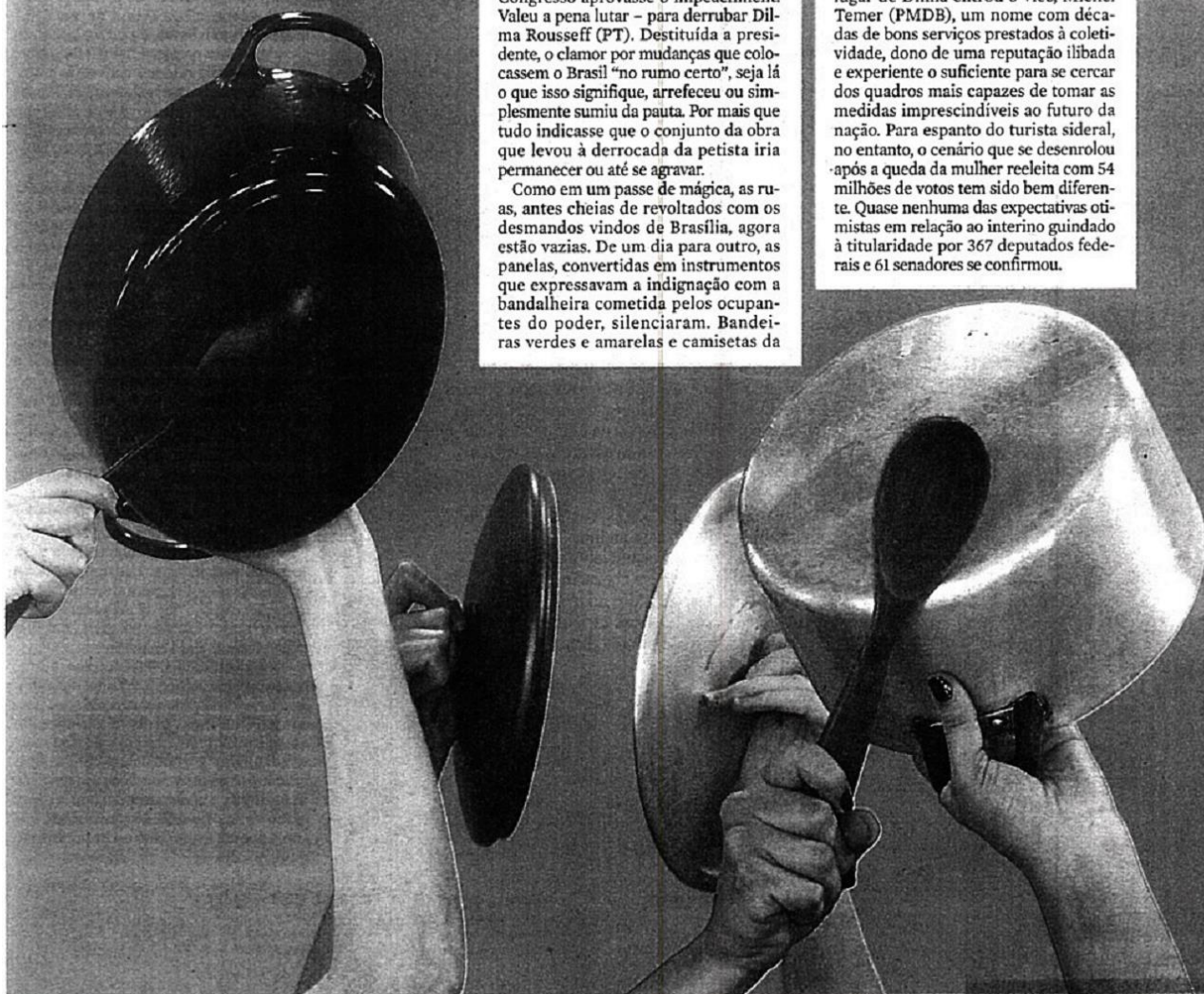
**EMERSON GASPERIN**  
emerson.gasperin@diario Catarinense.com.br

**A**s manifestações contra o governo foram um sucesso. Despertaram a consciência cívica no cidadão de bem, fizeram a juventude redescobrir o gosto pela política, levaram milhões de pessoas às ruas de todo o país. Conseguiram. Botaram pressão suficiente para que o Congresso aprovasse o impeachment. Valeu a pena lutar – para derrubar Dilma Rousseff (PT). Destituída a presidente, o clamor por mudanças que colocassem o Brasil “no rumo certo”, seja lá o que isso signifique, arrefeceu ou simplesmente sumiu da pauta. Por mais que tudo indicasse que o conjunto da obra que levou à derrocada da petista iria permanecer ou até se agravar.

Como em um passe de mágica, as ruas, antes cheias de revoltados com os desmandos vindos de Brasília, agora estão vazias. De um dia para outro, as panelas, convertidas em instrumentos que expressavam a indignação com a bandalheira cometida pelos ocupantes do poder, silenciaram. Bandeiras verdes e amarelas e camisetas da

Seleção, outrora envergadas com muito-orgulho-com-muito-amor, voltaram para aquele canto da casa onde são abandonadas as tralhas. Personagens que emergiram na proclamada onda moralizante que varreu o país (Janaina Paschoal, o pato da Fiesp e *caterva*) recolheram-se ao ostracismo.

Um observador extraterrestre que por acaso visitasse o país deduziria: claro, foi respeitada a Constituição e no lugar de Dilma entrou o vice, Michel Temer (PMDB), um nome com décadas de bons serviços prestados à coletividade, dono de uma reputação ilibada e experiente o suficiente para se cercar dos quadros mais capazes de tomar as medidas imprescindíveis ao futuro da nação. Para espanto do turista sideral, no entanto, o cenário que se desenrolou após a queda da mulher reeleita com 54 milhões de votos tem sido bem diferente. Quase nenhuma das expectativas otimistas em relação ao interino guindado à titularidade por 367 deputados federais e 61 senadores se confirmou.







**P**restes a completar um ano da posse definitiva da presidência, Temer acumula marcas impressionantes de popularidade – todas negativas. É o primeiro presidente da história do Brasil a ser denunciado por corrupção durante o exercício do cargo. Detém a pior avaliação desde a proclamação da República, sendo responsável por uma gestão considerada ruim ou péssima por 69% e regular por 23% dos entrevistados pelo Datafolha no final de julho. Conforme o Ibope, 81% desejavam que ele fosse investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas a Câmara aprovou o relatório da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que recomendava a rejeição da denúncia no último dia 2.

Nada disso – tampouco o apoio parlamentar abertamente negociado mediante liberação de verbas e loteamento de cargos, a reprovação da reforma trabalhista por 64% da população (Datafolha) ou os claudicantes sinais de recuperação da economia – foi o bastante para convencer os eleitores a exigirem a saída de Temer. A ausência de protestos reforça a sensação de que, no duelo de apelos, o “primeiro a gente tira a Dilma, depois o Temer” vem perdendo de goleada para o grande acordo nacional “com o Supremo, com tudo”, sugerido nas conversas grampeadas entre o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, e o ministro do Planejamento (hoje líder do governo no Senado), Romero Jucá (PMDB-RR), em maio de 2016.

– Quem é a turma contra a reforma trabalhista? Os sindicatos, o pessoal da esquerda. Aí vem todo aquele repúdio da população ao PT. Não fomos para a rua porque concordamos com as medidas propostas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estava defasada e era inspirada no fascismo – alega o líder do Movimento Brasil Livre (MBL) em Santa Catarina, Ramiro Zinder, para justificar a passividade de sua organização.

Anabolizados pelo discurso anticorrupção, agrupamentos como o MBL, Vem Pra Rua e quejandos promoveram em 13 de março do ano passado a maior manifestação já registrada em Florianópolis. Naquele domingo, 98 mil pessoas (estimativa da PM) tomaram a Beira-Mar Norte pedindo a cabeça da presidente. Na opinião de Zinder, com a queda dela, questões associadas ao petismo que eram condenadas pelos participantes dessa passeata, como o “apoio a ditaduras”, não encontraram respaldo na atual administração federal, daí a calma.

– Além disso, o FGTS foi liberado e, com dinheiro no bolso, há uma desmobilização natural. Não somos cobrados para combater Temer. Também não acredito nessa baixa aprovação. As pessoas não vão dizer que gostam dele. Mas elas ficaram muito insatisfeitas com um governo de esquerda e não querem se unir a quem brada “fora, Temer”. Porque saindo ele, entra quem? Então elas estão preferindo esperar – diz.



**A**tese do líder do MBL catarinense – de que a repúdio generalizado ao PT supera os escândalos envolvendo Temer e aliados – pode ajudar a entender a timidez da reação popular contra o peemedebista, mas não dá conta do fenômeno em toda a sua complexidade. Para o doutor em Linguística pela Unicamp e professor da UFSC Fabio Lopes, a situação atual reflete uma conjunção de fatores que remontam ao final do primeiro mandato de Dilma.

– A coisa começou a desandar quando caiu o preço das commodities, que sustentaram o crescimento durante as gestões petistas, tanto de Lula quanto dela – contextualiza.

De acordo com ele, após as grandes manifestações de 2013, nascidas do movimento pelo passe livre, a narrativa do combate à corrupção foi se consolidando como o catalisador das ruas. No momento em que a presidente foi apeada, ocorreu “uma catarse, um êxtase coletivo, seguido por uma circunstância complicada: a percepção de que o assalto aos cofres públicos fazia parte da formação do Estado brasileiro”.

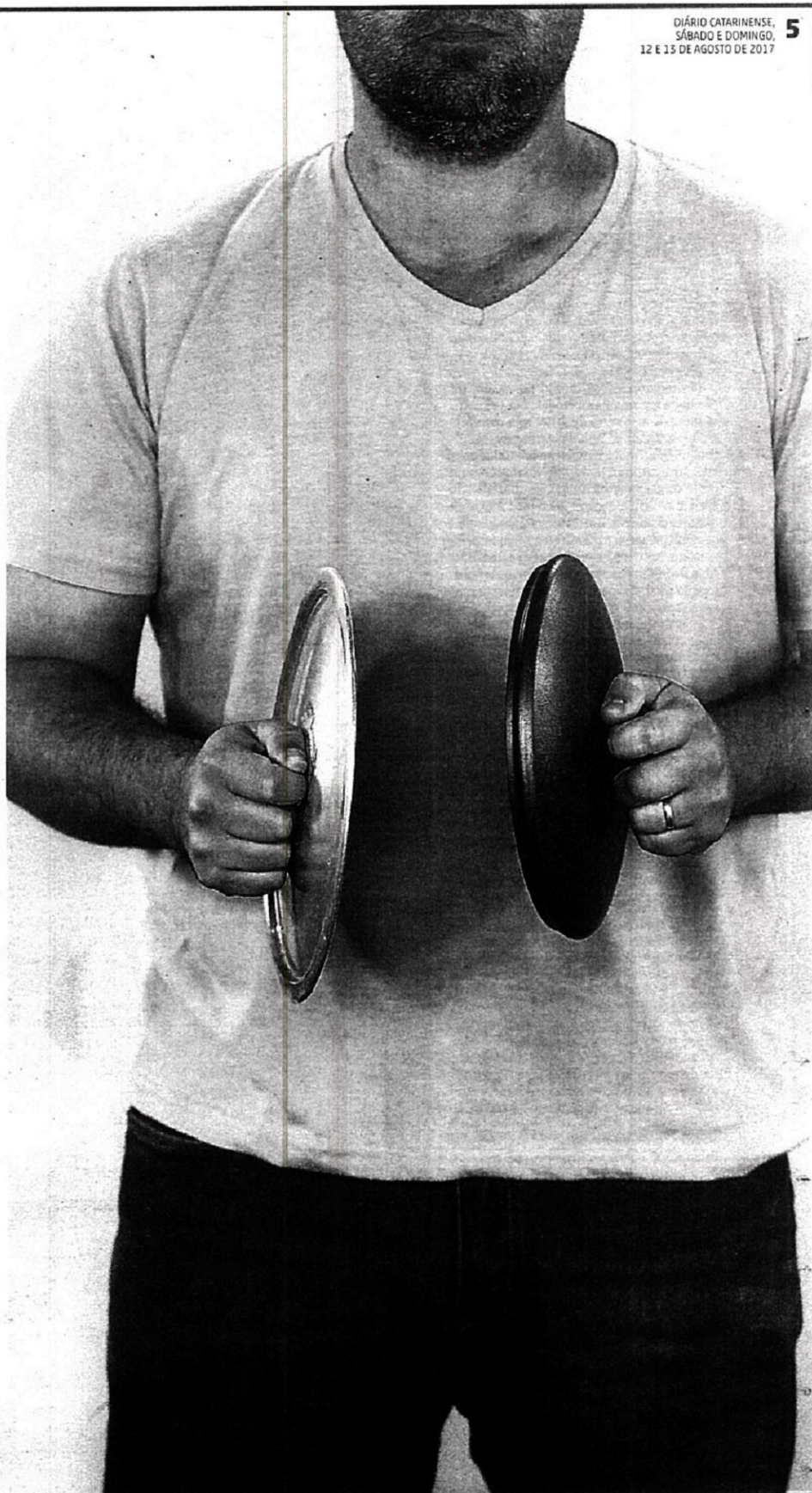
– Aí houve um sentimento de impotência, um desencanto muito grande. As pessoas olham Temer e acham ele um monstro, mas é o “nosso” monstro, elas se reconhecem nele. O lulismo destoava um pouco disso pelo campo de valores ligado a minorias, cotas, gêneros, questões étnicas. Mesmo a figura de Lula e sua *entourage* não eram o espelho em que a classe média e a elite se enxergavam.

Um dos colaboradores do livro *Comentários a uma Sentença Anunciada: o Processo Lula*, lançado na sexta-feira, o doutor em Direito, advogado e filósofo Alvaro Gonzaga, que leciona na PUC-SP, acredita que a população está passando por um anestesiamento e o debate político está se esvaziando. O descontentamento com o preço das passagens de ônibus parido há quatro anos em São Paulo – que, em Florianópolis, chegou a fechar a ponte Colombo Salles – foi canalizado para fins eleitoreiros, “com o sentimento antipetista travestido de necessidade de mudanças”.

– Houve uma apropriação de pleitos legítimos por parte de um grupo político. O caráter dito apolítico de movimentos como o MBL é um mito, assim como a neutralidade. Quem se declara neutro é massa de manobra assumida – detecta.

A consequência, na ótica de Azevedo, foi o surgimento de um “estado de exceção em que o governo é apenas tolerado”, “um modelo de instabilidade que gera descrença nas pessoas”.

– Em vez de fazer reivindicações, elas se afastaram. O fato de lutarem contra algo sem ter algo a propor também contribuiu para esse distensionamento. No dia seguinte à aprovação da reforma trabalhista (11 de julho), Lula foi condenado. Esse tipo de “coincidência” confunde ainda mais a população: “Se eu for protestar contra a reforma, podem achar que estou reclamando da condenação de Lula”. Ou seja, tudo conspira para que não se ache o momento para voltar às ruas.





**Q**ue seria difícil panelas voltarem a ser usadas para outros finalidades que não cozinhar, era previsível. Os próprios incentivadores da transformação de frigideiras e caçarolas em símbolos do anseio por ética na política consentem que, consumado o impeachment de Dilma, os movimentos perderam a "causa" que os unificava. Restou a esquerda para, se não defender a manutenção da petista no posto, empenhar-se para que Temer não tivesse um instante de paz enquanto despachasse do Planalto. Não foi o que aconteceu e não há sinais concretos no horizonte de que vá acontecer.

Tão logo o ex-vice tomou posse, até foi ensaiada alguma mobilização. Na primeira semana de setembro de 2016, três manifestações agitaram a capital catarinense. No último mês de março, mais duas – todas com adesão bem menor do que qualquer uma engendrada para derrubar Dilma. Em 28 de abril, um alento: a greve geral foi a maior da história do Brasil. Em 24 de maio, a batalha campal que virou a manifestação em Brasília sinalizou que o país entraria em convulsão. Mas ficou só na ameaça. Uma segunda paralisação total, em junho, já não angariou tantos simpatizantes.

— É que depois (de Brasília) o Judiciário começou a pegar mais pesado contra os sindicatos, aplicando multas escorchantes e processando os dirigentes. Também houve uma divisão das centrais sindicais, graças à "habilidade" do governo de chamar algumas – não todas – para conversar, acenando com a retomada do imposto sindical (um dos pontos afetados pela reforma trabalhista) – explica o integrante da direção nacional da Intersindical Central da Classe Trabalhadora, Amauri Soares.

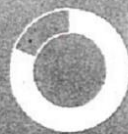
Ex-deputado estadual pelo PDT, Soares (hoje filiado ao PSOL) faz questão de esclarecer que a organização a qual pertence é contra o referido tributo, a investida sindical (obrigatoriedade do registro do sindicato no Ministério do Trabalho e Emprego para que seja reconhecido) e da unicidade sindical (existência de apenas um sindicato para cada categoria). Ainda assim, o estrago estava feito, cristalizando em parcela da opinião pública a imagem de que os sindicatos estão preocupados somente consigo mesmos. Além disso, há a eterna briga das esquerdas.

— Quando Lula foi condenado, o PT convocou um ato de defesa a ele que na verdade serviu para lançá-lo à presidência. Acharmos a condenação dele seletiva e arbitrária, mas não vamos participar de um ato em prol de sua campanha.

A divergência corrobora o que o professor Fábio Lopes diz em tom de provocação, embora tenha lá seu fundamento: os protestos estão rareando porque nenhum dos lados quer a derrubada de Temer. A direita, por ser parte de seu governo. A esquerda, por preferir que ele "sangre" até 2018, abrindo caminho para retomar o poder. Pragmatismo à parte, Soares afirma que as mobilizações devem voltar, desta vez com a defesa de direitos adquiridos – vem aí a votação da reforma da Previdência – como protagonista, com demandas como "fora, Temer" em segundo plano.



**92%**  
dos brasileiros avaliam a gestão de Temer como pessimista ou ruim conforme levantamento do Datafolha no final de julho



**81%**  
dos entrevistados desejavam que ele fosse investigado pelo STF conforme o Ibope



**73%**  
creem que os deputados que votaram contra a abertura do processo de impeachment de Temer não merecem ser reeleitos em 2018, também mostra levantamento do Ibope

“

**NÃO SOMOS COBRADOS PARA COMBATER TEMER. AS PESSOAS FICARAM MUITO INSATISFEITAS COM UM GOVERNO DE ESQUERDA E NÃO QUEREM SE UNIR A QUEM BRADA "FORA, TEMER". PORQUE SAINDO ELE, ENTRA QUEM?**

**RAMIRO ZINDER**  
Diretor Geral do PSOL

“

**DEPOIS DO PROTESTO EM BRASÍLIA EM MAIO, O JUDICIÁRIO COMEÇOU A PEGAR MAIS PESADO CONTRA OS SINDICATOS, APLICANDO MULTAS ESCORCHANTES E PROCESSANDO OS SINDICALISTAS.**

**AMAURI SOARES**  
Diretor Geral do PSOL





Educação não é despesa, é investimento / Marcelo Giacomazzi Camargo /  
Universidade Federal de Santa Catarina / Mestre em Antropologia Social /  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / CNPq /  
Cortes / Crise / Ciência

## Educação não é despesa, é investimento



**MARCELO  
GIACOMAZZI CAMARGO**  
Pesquisador e mestre em  
Antropologia Social pela  
Universidade Federal de  
Santa Catarina.

**2017** tem sido o ano do Brasil lidar com a ciência em números. Mais especificamente, os seguintes: 90 mil bolsistas e 20 mil pesquisadores correm o risco de ficar sem financiamento a partir de setembro, caso o orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) não seja descongelado imediatamente – do valor de R\$ 1,3 bilhão anual aprovado, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) autoriza o uso de apenas R\$ 730 milhões pelo órgão. O orçamento anual deste ministério, por sinal, hoje fica na casa dos R\$ 2,5 bilhões, segundo o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC) – apenas um quarto do que estava disponível em 2010. No Ministério da Educação (MEC), os números não são mais animadores – os cortes chegam a R\$ 4,3 bilhões, com impacto imediato nas universidades brasileiras. A Universidade de Brasília (UnB) registra um déficit de R\$ 100 milhões, o que compromete não só o sustento dos cerca de 300 funcionários terceirizados que foram demitidos como também a capacidade da instituição de pagar até a conta de luz. Ao menos na UnB ainda não se fala em fechamento – uma situação menos desesperadora da que acontece, por exemplo, na Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais. Os R\$ 60 milhões em obras paralisadas significam que, caso mais dinheiro não entre com urgência, até o fim do ano os campi podem parar por completo.

E a crise não atinge apenas as federais. Basta abrir qualquer jornal para acompanhar a situação de calamidade na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde as atividades estão suspensas por conta da falta de salário para professores e funcionários. E antes que se respire em alívio porque a crise é só nas públicas, vale lembrar que o setor privado não escapa do martelo da austeridade. Os cortes no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), por exemplo, têm significado menos alunos para instituições como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o que, por sua vez, levou à demissão de um número chocante de 100 professores.

É preocupante que este cenário não tenha despertado um levante popular – ou, ao menos, das classes de pesquisadores, professores, funcionários técnico-administrativos, alunos de iniciação científica e pós-graduandos –, mas talvez isto possa ser explicado pela nebulosidade de se apreender a ciência em números. Ou pela nebulosidade da ciência em si. Sem entrar nos pormenores dos

trabalhos que dependem dos valores que hoje não entram mais, fica difícil compreender exatamente o que se perde quando a ciência perde tanto. O conhecimento científico é desigualmente distribuído – parte disso vem da situação histórica do Brasil como uma nação de desequilíbrios, onde o acesso à educação superior teve sua primeira grande explosão apenas na última década e meia. A outra parte é constitutiva da pesquisa especializada: o volume de pesquisas é tão grande (por enquanto) e o vocabulário de termos e conceitos tão complexo que desvendar os emaranhados do que envolve cada tipo de pesquisa, e que formas os seus resultados tomam, acaba sendo uma tarefa apta a ser realizada apenas pelos próprios pesquisadores ou por aqueles que circulam em suas órbitas.

Mesmo assim, há aspectos da ciência que dependem muito menos do conhecimento técnico e acadêmico. Com o crescimento dos investimentos em pesquisa que o Brasil observou desde os anos 2000 – que recuam dramaticamente agora – a ciência virou, mais do que nunca, objeto de si mesma. Órgãos públicos e instituições privadas de ensino, investigação e fomento, diante da possibilidade de uma expansão sem precedentes, levaram a pesquisa como nunca antes à esfera pública. A necessidade de novos estudos era real, e cada vez mais parecia que se dispunha dos recursos para sustentá-los. As parcerias internacionais e o famoso Ciência sem Fronteiras (descanse em paz) inseriram na pauta dos debates sociais a relevância, em termos de política externa, de se injetar dinheiro nesta área. Talvez pela primeira vez pensávamos observar um alastramento efetivo daquela velha máxima: educação não é despesa, é investimento.

Neste contexto, escancarou-se uma nova ideia de ciência para o Brasil. Milhares de novos pesquisadores conseguiram dedicar-se integralmente a seus esforços investigativos, seja por bolsas de pós-graduação ou emprego nos grandes institutos. O crescimento do setor impulsionou a armação de todo um aparato de suporte na forma de funcionários técnicos. A luta de movimentos sociais – amparados em nada pequena parte pelas pesquisas realizadas nas ciências humanas – significou a entrada na classe acadêmica de números inéditos de pessoas negras, indígenas e pertencentes às camadas mais pobres. Grupos que historicamente apenas recebiam os efeitos da ciência, mas a quem não era dada a oportunidade, a nível institucional, de criar a sua própria.

Neste ano, a onda implacável de cortes despertou por lado daqueles que a opõem o recurso constante à ideia de ciência como desenvolvimento. “Deixem a ciência em paz,” pedem, “sem ciência o Brasil não vai para frente.” Não deixa de ser verdade. Mas quando o que é necessário é uma mobilização massiva em defesa da produção de conhecimento, não estamos apenas diante de uma crise, mas de uma chance de reavaliar o



**O PODER DA CIÊNCIA NÃO  
ESTÁ EM CONSTRUIR  
UMA NAÇÃO E OBEDECER  
“INTERESSES NACIONAIS”,  
MAS SIM FORMAR UM  
AMBIENTE ONDE NAÇÕES  
E PROJETOS DIFERENTES  
POSSAM CIRCULAR JUNTOS  
E CONTRIBUIR UNS  
COM OS OUTROS.**

que exatamente buscamos defender. “Ciência = desenvolvimento” é uma fórmula vaga demais, e a nebulosidade da ciência para aqueles que não participam dela torna esta fórmula passível de apropriações duvidosas. Ora, a ciência é essencial para projetos de expansão desenvolvimentista que violam flagrantemente as orientações para a preservação do meio-ambiente e o respeito às terras de populações tradicionais e indígenas. A ciência também trabalha a favor de setores que hoje têm ligação direta com seu grito de morte, como aqueles cuja facilitação pelo governo federal do pagamento de dívidas representa um potencial de perda de R\$ 10 bilhões aos cofres públicos ao longo dos próximos anos – R\$ 10 bilhões que poderiam manter funcionando os laboratórios brasileiros, hoje se afogando na falta de recursos. E só o agronegócio quer ver a Universidade de Integração Latino-Americana (Unila) transformada em uma instituição voltada apenas aos seus interesses, que é exatamente o que almeja uma proposta correndo atualmente.

A ciência pode ser nebulosa, mas não é vaga. Nada é mais claro hoje do que a sua importância, sinalizada nos últimos anos, para a mudança do cenário social brasileiro: de um cenário de exclusão para um cenário de diálogo direto entre setores da população historicamente divididos. O poder da ciência não está em construir uma nação e obedecer “interesses nacionais”, mas sim formar um ambiente onde nações e projetos diferentes possam circular juntos e contribuir uns com os outros. Qualquer coisa menos que isso – seja a morte da ciência ou o apelo apenas ao desenvolvimento de interesses particulares – significa a criação de um Brasil repleto de fronteiras, onde a ciência (ou a falta da mesma) vira divisão violenta. A nossa pauta deve ser exatamente o oposto: ciência, efetivamente, sem fronteiras.



**Notícias do dia**  
**Esporte**

“Clínica para técnicos no IEE”

Clínica para técnicos no IEE / Instituto Estadual de Educação / Basquete / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / FCB / Federação Catarinense de Basketball / Docentes / Michel Milistetd / Humberto Carvalho

**BASQUETE**

**Clínica para  
técnicos no IEE**

A FCB (Federação Catarinense de Basketball) concluiu neste sábado a série de Clínicas para Técnicos, integrada ao projeto “Basquete para o Amanhã”. A clínica final acontece nas dependências do ginásio Rozendo Lima, do Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis, ministrada pelos professores Michel Milistetd e Humberto Carvalho, docentes da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Realizadas também Joaçaba, no mês de maio, e Itajaí, em junho, a Clínica para Técnicos teve como objetivo Difundir e ampliar conhecimentos da modalidade em Santa Catarina, através da capacitação dos profissionais que atuam no projeto “Basquete para o Amanhã”, desenvolvido pela FCB e que busca “ampliar a base de praticantes de basquete, mais especificamente a prática do “basquetebol de base”, e se tornar uma referência esportiva para crianças e jovens.”



**Notícias do dia**  
**Agenda do Clube ND**  
"Camerata convida Lenine"

Camerata convida Lenine / Centro de Cultura e Eventos / UFSC



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

## **CLIPPING DIGITAL**

**[Especial Dia dos Pais: Inspirada no pai dentista, filha se dedica cada vez mais à odontologia](#)**

**[Inovação e a Interdisciplinaridade como dimensões para universidades de excelência](#)**